

## O ESPORTE “AMADOR” EM SANTA CATARINA: A FESPORTE E O JASC

*Diego S. Mendes;  
Daniel Minuzzi de Souza;  
Huáscar Sidorak Castro*

O desenvolvimento do esporte e, principalmente, do esporte “amador” no Estado de Santa Catarina, na segunda metade do século passado se deu, de forma geral, similarmente ao percurso seguido pelo esporte no Brasil. Considerando-se aí, sobretudo, as regiões mais desenvolvidas do país, como a região Sudeste, por exemplo. Entretanto, este desenvolvimento generalizado encontra no Estado condições específicas de organização e estruturação que lhe confere peculiaridades locais de relevância significativas para o contexto da produção de uma cultura esportiva catarinense. É exatamente neste ponto que pretendemos nos ater, a

fim de destacar, entre outras coisas, o papel que jogam, neste cenário, dois atores de fundamental importância para o esporte dito amador no Estado em questão: Os Jogos Abertos de Santa Catarina (JASC) e a Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE).

Para compreendermos tal relação, no entanto, é necessário apresentar um espectro do que se apresenta no horizonte ao se referenciar o esporte “amador”<sup>1</sup> em Santa Catarina. O Estado tem um dos mais bem estruturados sistemas esportivo do país. O dito esporte “amador” (excetuando o futebol), talvez em virtude da grande influência européia na sua colonização, encontra-se ramificado em todo o Estado, sendo que sua prática alcança boa parte da população de todas as idades. Papel importante exerce, no caso, o poder público: Santa Catarina é, provavelmente, o único Estado que tem uma Secretaria Estadual de Organização do Lazer (SOL), composta pelas fundações específicas que tratam do esporte, da cultura e do turismo<sup>2</sup>.

No campo esportivo, a gestão pública é feita de modo compartilhado entre o Conselho Estadual de Esporte, como órgão definidor das políticas, prioridades e normas, e a Fundação Estadual de Esporte (FESPORTE), que tem papel operacional, articulado com as Fundações Municipais de Esporte (FME), presentes em praticamente todos os municípios<sup>3</sup>. O sistema esportivo público assim concebido e com dotação orçamentária específica garante um amplo processo de participação dos municípios, mesmo daqueles de pequeno porte e baixo poder econômico, uma vez que há o incremento das ações por meio da regionalização das etapas nos principais eventos esportivos promovidos pela FESPORTE, entre os quais se destacam: Jogos Abertos de Santa

---

1 No documento referente à Política Estadual de Desportos de Santa Catarina, de 1999, o JASC é classificado como esporte de rendimento. Apesar disso, entendemos que o discurso midiático apresenta-o como um encontro do esporte amador, com exceção do Futebol. Por este motivo utilizamos o termo amador entre aspas.

2 No segundo mandato do atual governador Luis Henrique da Silveira, ela passou a chamar-se Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, mantendo a sua forma de funcionamento via fundações estaduais nas respectivas áreas.

3 O relacionamento administrativo no campo esportivo entre Estado e Municípios, definido em lei estadual, deve ser entre fundações. Assim, a participação dos municípios nos eventos promovidos pela FESPORTE só pode se dar através de fundações municipais de esporte, o que implica a quase obrigatoriedade da sua criação.

Catarina (JASC); Joguinhos Abertos, Para-JASC; Jogos Escolares de Santa Catarina (JESC) e Olimpíada Estudantil de Santa Catarina (OLESC); assim como a Volta Ciclística do Estado; a Maratona Internacional de Santa Catarina e a Maratona Aquática (de travessias). A vocação esportiva do Estado tem proporcionado também ao poder público captar e apoiar eventos em parceria com a iniciativa privada, dos quais os principais são o triatlo IRONMAN; Volta à Ilha; Moleque Bom de Bola e o Festival de Dança de Joinville.

Apesar da óbvia influência política exercida pelo partido ou grupos partidários que se revezam no poder, tanto em âmbito estadual quanto municipal, o esporte em Santa Catarina assume condição próxima a uma política de Estado (e não apenas de governo), o que possibilita certa estabilidade e perenidade dos grandes projetos esportivos, fazendo com que alguns dos eventos da FESPORTE, como o JASC, esteja na sua 47ª edição em 2007.

Este evento, em especial, revela importância central no desenvolvimento esportivo do Estado, especialmente no fomento e organização do esporte “amador” catarinense, conforme se pode constatar em estudo recente sobre as políticas públicas de esporte e lazer em Santa Catarina realizado por Vaz (2001). O fato decorre de o evento ser um dos mais antigos do Estado, sendo realizado desde a década de 1960 e da presença concomitante dos esportes ditos olímpicos, de forte apelo midiático, e modalidades “esportivas” de origem étnica, praticado tradicionalmente por imigrantes, como é o caso do punhobol; do bolão de 16 cm; do bolão de 23 cm; da bocha e do tiro ao prato. Tais modalidades esportivas foram fortemente difundidas pelas colônias germânicas, que são marcantes no Estado de Santa Catarina. Estes fatores combinados fazem com que grande parte dos municípios catarinenses busquem se organizar para tentar participar do evento.

Deste modo, as políticas públicas do Estado passam a ter íntima ligação não só com a realização e participação dos municípios nos jogos, mas também com a agência promotora do mesmo, a FESPORTE, visto que é necessária a filiação dos municípios participantes do evento à instituição, que, nestes termos, também influi na organização do esporte “amador” catarinense.

Sendo assim, acreditamos que, a partir da inter-relação JASC e FESPORTE, podemos situar como se constituiu o quadro contemporâneo do

esporte dito amadorístico no Estado de Santa Catarina, contribuindo com o leitor na contextualização deste componente junto ao estudo da cobertura jornalística esportiva desta região do país.

### Breve contextualização histórica do “amadorismo” em Santa Catarina a partir do entrelaçamento JASC/ FESPORTE

Realizados desde a década de sessenta até os dias atuais, os JASC tiveram como principal inspiração os Jogos Abertos do Interior, de origem paulista. Estes, inicialmente denominados de *Jogos de Campeonato Aberto do Interior*, foram fundados no interior de São Paulo em 1936, sob a coordenação de Horácio Barioni, conhecido também como Baby Barioni<sup>4</sup>.

Iniciativa pioneira no desenvolvimento do esporte amador no Estado de São Paulo, os Jogos Abertos do Interior conseguiram alcançar, até meados da década de 50 do século XX, repercussão significativa no cenário esportivo amador da região Sul e Sudeste do país. Nesta época o evento já contava com a participação de equipes de diferentes Estados, como a comissão de Londrina-Pr, entre outras. É neste contexto, associado às núncias políticas e sociais que se estendem no país nos governos de Vargas a João Goulart, que o Estado de Santa Catarina passa a vislumbrar a relevância política, econômica e social que o desenvolvimento esportivo tem na esfera pública e privada, especialmente no fortalecimento do Estado no Brasil.

Assim, considerada a repercussão que os jogos paulistas vinham recebendo na estruturação esportiva dos estados e municípios envolvidos, em 1956 uma comissão catarinense se aproxima do evento com explícitas intenções de implementar um evento semelhante no Estado de Santa Catarina. O precursor de tal feito foi o catarinense Arthur Schlösser, da cidade de Brusque. Segundo consta em um documento organizado por Alexandre Muniz de Queiroz (s/d), denominado de “25 Anos de JASC: 1960-1985” (um dos poucos registros que relata parte da história do JASC), o empresário

---

4 Consta no portal do estado de São Paulo na internet ([www.sejel.sp.gov.br/baby/historia.htm](http://www.sejel.sp.gov.br/baby/historia.htm)) que Barioni foi ex-atleta de Basquetebol da equipe paulista do Palestra Italia, atual Palmeiras, tornando-se posteriormente também cronista esportivo.

Schlösser acompanhou pessoalmente o XXI Jogos Abertos do Interior, realizado em Bauru, Estado de São Paulo, com intuito de estabelecer contato com seu fundador, Baby Barioni. A partir de então, Arthur Schlösser retorna a Brusque com material sedido por Barioni. Havia entre eles regras esportivas, regimentos oficiais dos Jogos do Interior e outros documentos que possibilitam a “criação” dos Jogos Abertos de Santa Catarina, na cidade de Brusque, em ocasião da comemoração do centenário da cidade.

O JASC, tal como os Jogos abertos do Interior, passa a ser realizado anualmente, sendo a cada ano realizado em um município diferente. Desde sua criação até os dias atuais, somente no ano de 1983 os jogos não foram realizados por ocasião de uma grande enchente que assolou todo o Estado. A adesão dos municípios aos evento foi crescente até meados de 1980, quando se registrou a participação de setenta municípios em uma única edição. No XXIV JASC registrou-se quase quatro mil atletas inscritos. Estes dados dão idéia da importância que o evento assume historicamente no que se refere à participação dos catarinense. Segundo Vaz (2001, p. 93), esta intensa participação e fixação dos catarinenses pelos jogos não é sazonal, pois afirma que “Parece haver, no imaginário esportivo catarinense, uma sedução muito forte, que impele a valorizar o JASC, e diz que é preciso deles participar e obter bons resultados”.

O crescente número de municípios e atletas participantes dos jogos ainda em meados da década de 1970 e início de 80 exige que a estrutura dos jogos seja redimensionada, em diferentes frentes, visando principalmente assegurar uma maior participação de municípios menores na competição. A principal alteração se dá na criação dos Jogos Regionais, que constituiriam uma pré-etapa classificatória para o JASC. Esta alternativa também vinha solucionar a queixa de alguns municípios sobre a necessidade de criação de demanda para o usufruto dos investimentos feito em algumas cidades menores, especialmente as instalações esportivas.

Novos redimensionamentos dos jogos se seguem na década de 1990, quando são criadas as etapas micro-regionais, antecedendo os Jogos Regionais. Desta forma, o cenário esportivo em Santa Catarina alcançava maior abrangência na participação do JASC, e, respectivamente, na estru-

tura do esporte “amador” no Estado, o que culmina com sua incorporação aos domínios administrativos da FESPORTE, Fundação Catarinense de Esporte.

Diante das complexas relações que se estabelecem na manutenção e organização do contexto esportivo amadorístico em Santa Catarina, a FESPORTE é instituída por meio da Lei 9.131 em 6 de julho de 1993, com a incumbência de dar suporte, organização e desenvolvimento ao esporte amador do Estado, possuindo, segundo sua legislação, um tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional. A fundação, então, desenvolve suas “linhas de ação” para o esporte “amador” a partir do sistema organizativo já instituído no JASC, tomando este evento não só como modelo, mas principalmente como centralizador e gerador de diversos outros eventos esportivos que vieram a somar no campo da difusão e reordenação da estrutura esportiva amadorística dos catarinenses. São agremiados diversos outros jogos, como os Joguinhos Abertos (versão infanto-juvenil do JASC), Para-JASC (versão destinada a esportistas portadores de deficiência física e/ou mental), entre outros.

Assim, estabeleceu-se uma rede de organização esportiva em Santa Catarina que tem como evento modelar o JASC e a centralização no calendário e eventos da FESPORTE. Deste sistema decorre uma política organizativa que solicita a organização dos municípios por meio de órgãos administrativos, denominados de Fundações Municipais de Esporte (FMEs) que, por sua vez, devem gerenciar as estratégias políticas municipais de formação, desenvolvimento e organização de equipes competitivas com vistas ao JASC e demais eventos.

Como resultados gerais têm-se, de modo geral, toda estruturação das políticas públicas municipais e estaduais para o esporte “amador” baseado no sistema esportivo tradicional, de alto rendimento e, portanto, com grande afinidade com o que se denomina de esporte profissional nos dias atuais (o que vem explicar o uso das aspas em todas nossas citações referentes ao termo esporte “amador” até o presente momento), ocasionando, não obstante, a “esportivização das práticas corporais” e a avaliação das FMEs de acordo com “sua eficiência e eficácia julgadas justamente pelo poder de fogo nas competições, levando às manchetes de jornal o nome do município” (VAZ, 2001. p. 93).

Este é um quadro instigante, na medida em que a FESPORTE se organiza a partir de três áreas gerenciais: Desporto de Rendimento; Desporto de Participação e Desporto Educacional. A pergunta que fica é exatamente em que ponto estas gerências divergem na implementação das políticas estaduais, uma vez que, ao que tudo indica, tais políticas destinadas aos esportes de Participação e Educacional no Estado, ao exemplo do JASC, seguem os ditames do Esporte de Rendimento, resumindo-se a participação em campeonatos.

### Esporte amador? Por onde ele anda?

A composição de um sistema esportivo amador em Santa Catarina a partir da associação JASC e FESPORTE tem apresentado bons resultados no que se refere à organização e fomento aos municípios, especialmente no que tange a disponibilização de um cronograma bem estruturado e com variadas opções de campeonatos esportivos, entre outros. No entanto, a constituição de um modelo de gerenciamento do esporte amador inspirado em um evento como o JASC tem apresentado problemas em relação à constituição e desenvolvimento deste no Estado.

Em primeiro lugar, consideramos que esta perspectiva, embora com significativas contribuições em algumas frentes, tem gerado uma confusão no que se refere ao trato com o esporte de (alto) Rendimento e de Participação (para usar os termos da própria FESPORTE), subjugando o segundo ao primeiro indiscriminadamente. É preciso considerar aqui que se as políticas públicas do Estado visam fomentar o esporte amador e de participação, essas devem atender a perspectivas minimamente inclinadas à inclusão e participação generalizada da população. Contudo, ao fazer isto a partir de modelos de alto rendimento, com finalidade ao JASC ou a qualquer outro evento, sabidamente tais políticas se voltam a uma parcela reduzida da população, a saber, os atletas de alto nível do Estado.

O evento, que se tornou exemplo maior na organização esportiva de Santa Catarina, cada vez mais vem assumindo alguns contornos que lhe impelem características do esporte profissional, sobretudo, pelo alto grau

de filiação ao alto rendimento. Sendo assim, longe de ser um evento em que se rogue pela participação de todos os municípios Catarinenses ou de ao menos parte destes, o JASC tem servido de arena para demonstração do poderio esportivo catarinense, o que tem levado as equipes a investirem na convocação de atletas do âmbito profissionais, como Falcão do futsal e Eduardo Fischer da natação. Neste patamar, também não é de se espantar com a contratação de atletas de outros municípios e Estados na composição das equipes. Ora, mas se estamos falando de contratações e mesmo de atletas profissionais, em que medida podemos alegar que o JASC ainda se situe no dito esporte amador?

A questão é polêmica e todos sabemos das dificuldades em se falar da fronteira entre estes dois componentes num país como o Brasil, onde a legislação esportiva é recente e especialmente dedicada ao futebol. Por outro ângulo, esta é uma questão que deve ser analisada, especialmente quando falamos de políticas públicas esportivas dedicadas àqueles que não são profissionais do esporte.

Nesta direção, por exemplo, a presença de esportes de origem étnicas no JASC são um dos seus elementos que parecem atrair grande parte da atenção dos catarinenses aos jogos, além de ser um elemento peculiar do evento, responsável pela sua distinção entre os demais jogos de mesma feição em nosso país. Estes esportes, inclusive, representariam importância de destaque no fomento à participação popular no âmbito esportivo dos municípios do Estado, uma vez considerado o reconhecimento que estas práticas têm no cenário estadual. Mas aqui também vale a observação de que se deve ao investimento público que é feito à promoção e a manutenção destes esportes. Ou seja, se a proposta é que os municípios invistam pesado em condições estruturais que permitam a composição de equipes esportivas para o JASC e demais eventos da FESPORTE, os incrementos que são feitos aos esportes étnicos se destinariam à população em geral ou somente à parcela mínima desta com capacidades reais de representatividade nas competições locais?

Nesta lógica, vemos um exemplo claro da mercadorização da cultura, em que os “esportes” étnicos, ao invés de serem tratados como fenômeno sócio-cultural, são transformados em elemento da cultura esportiva



hegemônica, que a tudo confere ar de semelhança, transfigurando todas as possibilidades culturais a uma única forma simbólica, de fácil compreensão (ou seja, às formulas competitivistas), conforme alegam Horkheimer e Adorno (1997) ao tratarem do conceito de Indústria Cultural. Vaz (2001. p. 93) corrobora esta idéia afirmando que “Nesse quadro de supervalorização de resultados competitivos, não sobra muito espaço e disposição para uma compreensão mais ampla do esporte enquanto fenômeno sócio-cultural”.

Na mesma direção, as políticas para o esporte Educacional no Estado, que também se destinariam àqueles que não são profissionais do esporte, se voltam à adesão dos participantes ao sistema esportivo de alto rendimento, o que parece conduzir mais ao treinamento precoce, como espécie de preparação para os jogos, do que propriamente à garantia de participação em um modelo esportivo que se volte à formação humana, em seu sentido mais amplo. Exemplo disto pode ser visto nos Juguinhos Abertos de Santa Catarina. Neste, que nada mais é do que um modelo infanto-juvenil do JASC, algumas (poucas) crianças são selecionadas para participar de um torneio intermunicipal. Outra colocação importante neste âmbito é que se tais políticas se voltam a preparar e selecionar parte das crianças para participação nos eventos da FESPORTE, tais fórmulas carregam em si forte teor excludente, visto que apenas algumas crianças poderão, de fato, chegar às seleções de suas cidades.

Por fim, podemos destacar que, nestes termos, o JASC tem sido um modelo mais voltado à assistência do público catarinense do que propriamente a ampla participação esportiva no Estado. A lógica interna que persevera é de que o público catarinense quando assiste aos jogos ou torce por suas equipes, pode “espontaneamente” ocorrer um despertar à prática esportiva em suas vidas, observada a “possibilidade” de um dia chegar às equipes de seus municípios devido aos treinamentos esportivos diários, o que conferiria o título de praticantes amadores do esporte, mesmo que em essência, haja todo um aparato em que os sujeitos são levados a desejarem o âmbito seletivo e excludente típico do esporte profissional.

A idéia de que o JASC se volta mais à audiência da população do que propriamente a formulações de políticas efetivas de participação esportiva

no Estado também pode ser observada na crescente espetacularização que o evento vem sofrendo a cada ano. O evento assumiu um caráter de Olimpíadas local, reproduzindo toda a lógica ritualística deste evento. Assim, faz parte atualmente das atividades de preparação e abertura dos jogos, a cerimônia de acendimento do fogo simbólico do JASC. Tal como nas cerimônias dos jogos Olímpicos, é acesa uma tocha simbólica na cidade de origem do JASC, Brusque, e levada pelas rodovias catarinenses por jovens atletas e “personalidades” locais até a chegada à cidade-sede dos Jogos Abertos, quando é procedido o acendimento do fogo para a cerimônia de abertura dos Jogos.

Por meio de tais estratégias, o evento ganha certa dinamicidade midiática, aproximando-o ao máximo das fórmulas espetacularizadas que se vinculam ao esporte contemporâneo. A espetacularização do esporte propicia maior atratividade ao público e, por sua vez, aos investidores e patrocinadores dos jogos, atribuindo um caráter mercadológico mais explícito ao evento. Para Vaz (2001), o JASC cada vez mais passa a ter em sua fórmula selo de exportação, inspirando a criação de jogos em outras regiões do país como nos casos dos Jogos Abertos do Sul do Brasil e dos Jogos Abertos do Brasil.

## O JASC como política pública e sua espetacularização

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, estipula como direitos sociais (...) “a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Nesse sentido, vale destacarmos a importância de a população poder usufruir desses direitos, para desfrutar de uma vida com maior justiça e igualdade, em que possa participar das decisões que são relevantes para o desenvolvimento do bem comum. Entretanto, é possível verificar uma série de “problemas” que dificultam o exercício pleno desses direitos. Problemas estes como a exclusão social, preconceitos raciais, étnicos, de gênero, bem como de classes sociais.

Em nosso entendimento, esta série de problemas é resultado do modo como a vida tem sido organizada e produzida, o capitalismo. Modo

de organização que vem complexificando as relações sociais e disfarçado em um modelo neoliberal de flexibilização da economia, que vem terminando, ou tentando terminar com uma série de direitos sociais conquistados pela humanidade em nome do livre comércio e do acúmulo de bens e propriedades privadas.

É justamente aqui que se fazem necessárias as políticas públicas. No caso específico desse texto, centramos a atenção às políticas públicas de Esporte e Lazer desenvolvidas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, o qual está representado pela FESPORTE.

Como representante do Governo, a FESPORTE assume o discurso da descentralização (marca da gestão atual – 2007 a 2010, e anterior 2003 a 2006), levando aos municípios, representados pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR) a responsabilidade de administrar os recursos disponíveis para o esporte e lazer.

Segundo documento intitulado “Esporte X Descentralização”<sup>5</sup> o papel da FESPORTE no fomento do esporte catarinense é:

A FESPORTE desenvolve suas atividades voltadas diretamente para os municípios catarinenses. Todas as competições esportivas contam com a participação das representações municipais, que por sua vez se preparam para disputar estas competições, com investimentos para manter suas equipes. As competições são organizadas em parceria entre Estado, municípios, ONGs e empresas privadas. A FESPORTE tem a responsabilidade pelo fornecimento do material esportivo, pela organização, coordenação, pagamento de arbitragem e premiação dos eventos. O Município-sede é responsável pelo fornecimento dos locais de competição, alojamento das delegações participantes e da arbitragem e demais infra-estrutura para os eventos. O município participante é responsável pela manutenção das equipes, pelo transporte e alimentação da sua delegação no decorrer das competições. (p.7)

---

5 Disponível em: <http://www.crefsc.org.br/noticias2005/02.doc>

No documento “Política Estadual de Desportos”<sup>6</sup> do Conselho Estadual do Desporto de Santa Catarina (CED,1999), no item 6 “DIRETRIZES POLÍTICAS PARA O DESPORTO”, aponta como dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de todos. No item 6 um dos aspectos que o documento diz ser necessário observar, e que achamos relevante evidenciar, é a importância de dar “Tratamento diferenciado o desporto profissional e não profissional”(p.12).

Porém o que temos percebido é o modelo de esporte rendimento servindo de parâmetro para todos os eventos desportivos desenvolvidos pela FESPORTE. É possível evidenciar a lógica excludente do esporte rendimento desde o JASC, Para-JASC, perpassando pelos Juguinhos abertos até chegar aos Jogos escolares de Santa Catarina (JESC).

Assim, percebemos alguns elementos que merecem um olhar mais atento nas políticas públicas de esporte e lazer, na lógica do rendimento, se fazerem presente na escola. Preocupa-nos esta lógica por se distanciar dos objetivos das teorias críticas da educação física, dificultando a construção de um sujeito que além de praticar atividades esportivas, também seja capaz de se divertir com esta atividade e de refletir esta prática, compreendendo o fenômeno esportivo em sua totalidade.

Na lógica do esporte rendimento em que as políticas públicas vêm se desenvolvendo, parafraseando Kunz (2001), só há possibilidade de vivência de sucesso para uma minoria e de insucesso para a maioria. Nesta perspectiva, as práticas desportivas têm contribuído para a formação de uma sociedade de espectadores do esporte. Dizemos isso por entender que as práticas corporais, na lógica do rendimento, se especializam de tal forma, com uma exigência de resultados de sucesso tamanha, que se torna um espetáculo a ser consumido (assistido), o que vem a confirmar a idéia “muitos espectadores e poucos praticantes”.

Esta tendência de especialização das práticas corporais (esportivização), como já tratado anteriormente, pode tender a afastar as pessoas

---

6 Disponível em: <http://www.crefsc.org.br/docs/Politica%20Estadual%20de%20Desportos99.doc>

comuns de jogos que representam a manifestação sócio-cultural de seus povos. Em Santa Catarina acreditamos que esse problema pode afetar as modalidades de esportes étnicos, que ao serem levados ao JASC, sofrem um processo de especialização tão grande que resulta na criação das Federações esportivas da modalidade, como por exemplo, a Federação Catarinense de Bocha e Bolão, voltada apenas para aqueles declarados atletas e não a população comum. Este fato pode levar a um distanciamento das práticas, favorecendo mais a vivência enquanto espectadores cada vez mais exigentes do espetáculo.

Não é por acaso que o JASC vem recebendo cobertura midiática, mesmo que aparentemente modesta frente aos grandes eventos esportivos, com transmissões ao vivo por emissoras de televisão, há alguns anos. O que vemos acontecer é o que Betti (1998) denomina telespetáculo, que Pires (2002, p. 96) explica como sendo: “uma realidade textual autônoma, tecnicamente reconstruída no tempo/espço virtuais decorridos entre a sua captação, nas próprias instalações esportivas, e a sua recepção através dos aparelhos domésticos de televisão”.

Neste movimento essencial do espetáculo -- que consiste em ingerir tudo o que existe na atividade humana *em estado fluido* para depois vomitá-lo em estado coagulado, para que as coisas assumam seu valor exclusivamente pela *formulação em negativo* do valor vivido -- nós reconhecemos a nossa velha inimiga que embora pareça trivial à primeira vista é intensamente complexa e cheia de *sutilezas metafísicas, a mercadoria*. (DEBORD, 1997, p. 21)

Nesse sentido, PIRES (2002) entende que atualmente o esporte parece ser o parceiro preferencial da espetacularização na mídia televisiva, oferecendo um show já pronto.

Na esteira de Guy Debord (1997)<sup>7</sup>, podemos entender que o espetáculo consiste na multiplicação de ícones e imagens, principalmente pelos meios

---

7 A Sociedade do Espetáculo, cuja obra original é escrita em Francês datando de 1967.

de comunicação de massa, bem como pelos rituais políticos, religiosos e hábitos de consumo, de tudo aquilo que falta à vida real do homem comum.

É neste panorama que parte da cultura esportiva “amadora” de Santa Catarina vem sendo tecida, fomentada e “implementada”, a partir de um evento modelar como o JASC e de diretrizes singularmente voltadas quase que em sua totalidade ao esporte de rendimento e a um conceito de participação que remete aparentemente apenas à *participação em eventos* esportivos. Assim, questiona-se até que ponto a FESPORTE tem conseguido atender-se de fato àqueles praticantes esportivos que são denominados de amadores, uma vez que o slogan da própria instituição denota em si tal premissa: “FESPORTE - Visando à organização e o desenvolvimento do esporte amador em Santa Catarina.

Contudo, a partir destas reflexões podemos compreender um pouco mais a respeito da trajetória que vem seguindo o Estado de Santa Catarina em relação ao trato do esporte “amador”. Muito ainda é preciso ser esclarecido e pesquisado. No entanto, o esforço aqui empreendido sugere possibilidades para que possamos situar a importância que alguns eventos esportivos têm em nosso Estado, em especial o JASC e demais eventos da FESPORTE. Estes são os modelos que têm sustentado nossos imaginários, gostos, práticas, ações e conformações na cultura esportiva catarinense.

Entendemos que muito ainda pode e deve ser feito no campo do esporte amador em Santa Catarina, mesmo sem a perspectiva de grandes mudanças estruturais por hora, afinal, como lembra o poeta Ferreira Gullar (1980), onde não há caminhos os pés no chão os encontrarão.

## REFERÊNCIAS

BETTI, Mauro. *A Janela de Vidro: esporte, televisão e educação física*. Campinas: Papyrus, 1998.

BRASIL. (1988). *Constituição Federal*. Brasília: Câmara dos Deputados.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GULLAR, Ferreira. *Toda poesia. 1950-1980*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. W. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KUNZ, Elenor. *Transformação Didático-Pedagógica do Esporte*, 4 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

QUEIROZ, Alexandre Muniz. *25 Anos de JASC: 1960-1985*. Joaçaba –SC. s/d.

PIRES, Giovani De Lorenzi. *Educação Física e o Discurso Midiático: abordagem crítico-emancipatória*. Ijuí: Ed. Unijui, 2002.

VAZ, Alexandre Fernandes. Políticas Públicas para o Esporte e o Lazer em Santa Catarina: reflexões e considerações. *Revista da Educação Física/UEM*. Maringá, v. 12, n. 1, p. 89-96, sem/1-2001.